



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
GRUPO TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES- GTED/SELOG/SR/PF/MT

ANEXO I DO PROJETO BÁSICO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

1. INTRODUÇÃO

1.1. Em razão da recomendação da AGU, expressa em seu modelo de Projeto Básico, conforme última versão (outubro de 2020), apresenta-se como anexo o presente Termo, no qual especifica-se os chamados pontos fundamentais para a elaboração da minuta de Edital e as respectivas justificativas técnicas, de forma a facilitar a atuação da equipe administrativa do órgão, a plena harmonia de redação entre os instrumentos reguladores do certame e até mesmo a compreensão, pelos licitantes e órgãos de controle, acerca de decisões técnicas adotadas para o adequada satisfação do interesse público.

2. REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Conforme explicitado nos comentários do modelo de Projeto Básico da AGU, quanto ao regime de execução, o mesmo deve ser feito pelo gestor:

Acerca da escolha do regime de execução, o Tribunal de Contas da União orienta que:

a) a escolha do regime de execução contratual pelo gestor deve estar fundamentada nos autos do processo licitatório, em prestígio ao definido no art. 50 da Lei nº 9.784/1999;

2.2. Porém, com o intuito de subsidiar o gestor, **recomenda-se** a adoção do regime de execução **Empreitada por Preço Global**. A escolha desse regime foi baseada nas orientações do Tribunal de Contas da União, contidas no Acórdão nº 1.977/2013, trecho abaixo transcrito:

"a empreitada por preço global, em regra, em razão de a liquidação de despesas não envolver, necessariamente, a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do art. 6º, inciso VIII, alínea 'a', da Lei 8.666/93, deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual; enquanto que a empreitada por preço unitário deve ser preferida nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam uma imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários, como são os casos de reformas de edificação, obras com grandes movimentações de terra e interferências, obras de manutenção rodoviária, dentre outras;"

3. SUBCONTRATAÇÃO

3.1. No que tange aspectos técnicos de engenharia, o objeto é um projeto técnico de engenharia e todos os serviços contratados são importantes para a entrega do produto final. Porém, do ponto de vista

técnico, o projeto básico e executivo seria objeto de vedação para subcontratação no todo, haja vista a responsabilidade da empresa na entrega de todos os serviços, podendo os demais serviços serem subcontratados respeitando o limite estabelecido no Projeto Básico de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

- a) É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação;
- b) Poderão ser subcontratados os serviços de topografia, sondagem e projeto de demolição.

32. Quanto ao aspecto jurídico da contratação, não cabe a área técnica de engenharia opinar por se tratar de matéria de cunho jurídico a qual extrapola a competência para exprimir opinião fundamentada.

4. CONSÓRCIOS E COOPERATIVAS

4.1. A participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 8.666/93, em seu artigo 33.

4.2. No mesmo sentido, o Acórdão TCU n.º 1.165/2012-Plenário, conforme excerto: *“há que se ponderar para o fato de que cabe ao gestor definir qual o caminho a tomar relativamente à participação ou não de consórcios, de forma motivada no âmbito do processo licitatório”*.

4.3. Conforme excerto Acórdão TCU nº 1.316/2010 - Primeira Câmara, abaixo transcrito:

4.4. *“27. Em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio”*.

4.5. O preço estimado para a contratação em tela, permite afirmar que não se trata de certame com relevante vulto.

4.6. A participação de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderá restringir a competição, na medida em que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

4.7. Neste diapasão, a permissão pela Administração, de participação de empresas em consórcios não representa, por si só, garantia de ampliação de competitividade, ao contrário, pode acarretar, em muitos casos, efeitos danosos à concorrência, na medida em que as empresas associadas deixariam de competir entre si.

4.8. Perante o exposto, conclui-se que, no caso concreto, a permissão de participação de empresas em **consórcio** não se consubstancia na melhor opção a ser adotada pela Administração, sendo vedada a participação.

4.9. A vedação à participação de sociedades cooperativas justifica-se pela natureza dos serviços e pelo modo como usualmente é executado no mercado.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1. As parcelas de maior relevância técnica e valor significativo são:

- Projeto Executivo de Arquitetura, incluindo layout;
- Projeto Executivo de Estruturas e Fundações;
- Projeto Executivo de Instalações Hidrossanitárias;
- Projeto Executivo de Cabeamento Estruturado;
- Projeto Executivo de Instalações Elétrica, incluindo automação e subestação; e
- Projeto Executivo de Climatização, Ventilação e Exaustão

52. Os profissionais apresentarão Certidão de Acervo Técnico – CAT relacionadas com os serviços acima mencionados. Ainda, será exigido Atestado de Capacidade Técnica-Operacional, devidamente registrado no CREA ou CAU, que atestem a execução de projetos com características, quantidades e prazos semelhantes ao presente objeto. Entende-se como características e quantidades semelhantes a execução de serviços de elaboração de projetos executivos das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo, todos executados na plataforma BIM (*Building Information Modelling*), em edificações de área mínima de **268,75 m²** de área construída, ou seja, equivalente a aproximadamente 50 % (cinquenta por cento) da área construída prevista para a nova sede do Grupo Especial de Investigações Sensíveis – GISE/MT.

53. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá, se assim desejar, realizar vistoria do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, mediante prévio agendamento pelo telefone 65) 3927-9550, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas. De todo modo, a licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO

61. Cabe aqui a justificativa em relação ao **não parcelamento** do objeto, visto que a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/1993: "*As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala*". No parcelamento é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Ou seja, o parcelamento do objeto é a regra para a concepção do plano de licitação. O órgão licitante deverá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade.

62. Entretanto, no caso em tela, o parcelamento se mostra **técnica e economicamente inviável**, pois para o cumprimento eficaz do objeto do contrato, o parcelamento traria descontinuidades perigosas à eficácia na execução do serviço, ou conforme aludido por Fernandes, 2010: "*Na comparação parcelamento x solução integrada evidenciada nesse estudo, aduz-se que a sistemática do gerenciamento integrado vem sendo absorvida como a de melhor vantagem, uma vez que além de representar avanço de gestão, controle e redução de gastos, e permitir a unicidade de objeto, suprime problemas de continuidade dos serviços contratados, garantindo-lhes a um só tempo celeridade, harmonia, equilíbrio e revisão dos atos*". Portanto, para a unicidade do objeto, ou seja, para a perfeita elaboração dos projetos, tendo em vista que a não execução de um único projeto poderia implicar na impossibilidade de execução dos demais, faz-se necessário a responsabilização de uma única empresa pela elaboração de todos os projetos, de modo que a não entrega de um único projeto implica na não entrega de todos.

63. O **parcelamento** do objeto desta contratação **representa perda de economia de escala** tendo em vista que os serviços são correlatos e dependentes. Os projetos devem ser elaborados por equipe multidisciplinar em contato direto um com outro, tendo em vista que um influencia no outro. Caso um projeto não seja entregue, haverá grandes prejuízos na execução da obra ou até mesmo a sua impossibilidade.

64. Por fim, os serviços pretendidos **fazem parte do mesmo segmento** de mercado das empresas especializadas, **não implicando em restrição de competitividade**

65. Ante o exposto, a equipe opta pela **contratação conjunta do serviço (não parcelamento do objeto)**, visando assim um resultado final completo e satisfatório, além de uma racionalização dos recursos da Administração.

7. SUSTENTABILIDADE

71. Em observância a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 4 de junho 2014, os projetos básicos e executivos devem ser desenvolvidos visando, obrigatoriamente, à obtenção da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) Geral de Projeto classe de eficiência "A".

72. Ainda, a elaboração dos projetos, além de observar as características e condições do local de execução dos serviços ou obra e seu impacto ambiental, deverá considerar a possibilidade de utilização das

seguintes soluções:

- uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- uso exclusivo de lâmpadas LED, fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água; sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;
- possibilidade de emprego de materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, de modo a diminuir os custos de transporte;
- facilidade e economia na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou serviço;
- adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho adequadas; acessibilidade; e
- economia da manutenção e operacionalização da edificação, redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.

Cuiabá/MT, 26 de Julho de 2021.

CLAUDIO ADOLFO LOPES <u>MINEIRO</u> Agente de Policia Federal Engenheiro Civil	<u>LUIZ AUGUSTO FERREIRA DA SILVA</u> Agente de Policia Federal Engenheiro Civil
---	---